

Holy Empreendimentos e Participações S.A.					
CNPJ nº 01.429.122/0001-60					
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE OUTUBRO DE 2025					
BALANÇO ENCERRADO EM 31/10/2025					
Descrição	Saldo Atual	Saldo Anterior	Descrição	Saldo Atual	Saldo Anterior
31/10/2025	31/12/2024				
ATIVO	28.403.307,26d	11.023.000,69d	MLM Empreendimentos Investim. e Particip. Ltda	275.000,00d	183.334,00d
Ativo circulante	3.997.906,02d	3.830.270,58d	Santa Rita Empreend. Invest. e Participações Ltda	5.000,00d	3.334,00d
Disponível	885.525,11d	948.459,67d	São Cristóvão Comercial Exp. Ind. e Com Ltda	100.000,00d	100.000,00d
Caixa	884.780,57d	908.291,79d	Serra Dourada Empreend. e Participações Ltda	61.875,00d	61.875,00d
Caixa geral	884.780,57d	908.291,79d	Sociedade de Ensino Nova Serrana Ltda	0,00	450.000,00d
Bancos conta movimento	741,35d	0,00	Tangran Empreendimentos e Participações Ltda	260.000,00d	260.000,00d
Caixa econômica federal	741,35d	0,00	JM & M Empreendimentos e Participações Ltda	0,00	2.000,00d
Aplicações financeiras liquidez imediata	3,19d	40.167,88d	Espirito Santo Empreend. e Participações Ltda	139.500,00d	93.000,00d
Poupança e ou aplicação na caixa econômica federal		3,19d	4M Holding de Participações S.A.	5.000,00d	5.000,00d
Outros créditos	234.380,91d	3.810,91d	Equivalência patrimonial	17.296.727,20d	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	3.500,00d	Santa Rita Empreendimentos Inv. e Participações	6.333.545,67d	0,00
Adiantamentos a fornecedores	0,00	3.500,00d	Tangran Empreendimentos e Participações Ltda.	1.017.966,80d	0,00
Tributos a recuperar/compensar	310,91d	310,91d	Metta Empreendimentos e Participações S.A.	9.150.759,99d	0,00
Tributos pagos a maior ou indevidamente	310,91d	310,91d	São Cristóvão Comercial Exportadora Ind e Com	794.454,74d	0,00
Adiantamento para distribuição de lucros	234.070,00d	0,00	PASSIVO	28.403.307,26c	11.023.000,69c
Jaime Martins do Espírito Santo Filho	3.080,00c	0,00	Passivo circulante	716.858,86c	726.867,28c
Jaime Martins do Espírito Santo Neto	237.150,00d	0,00	Empréstimos e financiamentos	70.000,00c	70.000,00c
Estoque	2.878.000,00d	2.878.000,00d	Empréstimos	70.000,00c	70.000,00c
Estoque de loteamentos / imóveis	2.878.000,00d	2.878.000,00d	Tangran Empreend e Participações Ltda	70.000,00c	70.000,00c
Lotes diversos	2.878.000,00d	2.878.000,00d	Fornecedores	300,00c	0,00
Ativo não-circulante	4.435.399,04d	4.337.187,11d	Fornecedores	300,00c	0,00
Ativo realizável a longo prazo	2.335.657,42d	2.203.347,08d	Serconta Serviços Contábeis Ltda	300,00c	0,00
Outros créditos	132.310,34d	0,00	Obrigações tributárias	785,45c	11.393,87c
Bloqueio judicial	132.310,34d	0,00	Impostos e contribuições a recolher	785,45c	11.393,87c
Contratos de mutuo	315.847,08d	315.847,08d	Imposto de renda a recolher	0,00	6.798,18c
Assessoria de Siderúrgicas e Metalúrgicas Eirele	94.000,00d	94.000,00d	Contribuição social a recolher	0,00	4.078,91c
Siderbras Siderúrgica Brasileira	175.000,00d	175.000,00d	Pis a recolher	140,11c	92,18c
Minas Mining Mineração e Comercio Ltda	23.200,00d	23.200,00d	Cofins a recolher	645,34c	424,60c
Empreendimentos Serra Verde SPE Ltda	0,00	21.808,92d	Outras obrigações	408.091,20c	408.091,20c
São Cristóvão Coml Exp Ind Com Ltda	1.838,16d	1.838,16d	Contas a pagar	408.091,20c	408.091,20c
4M Holding de Participações S.A	21.808,92d	0,00	Contas a pagar – Serra Dourada Lotes	237.682,21c	237.382,21c
Sócios, administradores e pessoas ligada	1.887.500,00d	1.887.500,00d	Dividendos, part. e juro sobre o capital	237.682,21c	237.382,21c
Serra Dourada Empreendimentos e Particip. Ltda.	1.887.500,00d	1.887.500,00d	Lucros e dividendos	237.682,21c	237.382,21c
Imobilizado	2.099.741,62d	2.133.840,03d	Allefe Bruce de Oliveira Martins	234.482,21c	234.482,21c
Imóveis	2.118.210,14d	2.125.210,14d	Jaime Martins do Espírito Santo Filho	300,00c	0,00
Edificações / imóveis	2.118.210,14d	2.125.210,14d	Ana Carolina da Cunha Martins	2.900,00c	2.900,00c
Móveis e utensílios	96.489,33d	96.489,33d	Passivo não-circulante	2.678.181,77c	2.656.372,85c
Móveis e utensílios	96.489,33d	96.489,33d	Passivo exigível a longo prazo	2.678.181,77c	2.656.372,85c
Máquinas, equipamentos e ferramentas	2.022,52d	2.022,52d	Empréstimos e financiamentos	1.356.767,32c	1.334.958,40c
Máquinas e equipamentos	2.022,52d	2.022,52d	Allefe Bruce Oliveira Martins	150.000,00c	150.000,00c
Veículos/ aeronave	43.900,00d	66.120,49d	Metta Empreendimentos e Participações Ltda	956.767,32c	934.958,40c
Veículos	43.900,00d	66.120,49d	Harmony Empreendimentos e Participações Ltda	150.000,00c	150.000,00c
(-) Depreciações, amort. e exaus. acumul	160.880,37c	156.002,45c	João Alfredo da Silva	100.000,00c	100.000,00c
(-) Depreciações de móveis e utensílios	96.489,33c	96.487,73c	Crédito cotista para subscrição de capital	1.321.414,45c	1.321.414,45c
(-) Depreciações de máquinas, equip. Fer	1.381,70c	1.213,20c	Jaime Martins do Espírito Santo Filho	1.321.414,45c	1.321.414,45c
(-) Depreciações de veículos	63.009,34c	58.301,52c	Patrimônio líquido	25.008.266,63c	7.639.760,56c
Ativo permanente	19.970.002,20d	2.855.543,00d	Capital social	1.200.000,00c	1.200.000,00c
Investimentos	19.970.002,20d	2.855.543,00d	Capital subscrito	1.200.000,00c	1.200.000,00c
Participações societárias	2.673.275,00d	2.855.543,00d	Capital social	1.200.000,00c	1.200.000,00c
Aporthe Participações Ltda	8.000,00d	8.000,00d	Lucros ou prejuízos acumulados	23.808.266,63c	6.439.760,56c
HZX Serviços de Apoio e Empresa Ltda	0,00	10.000,00d	Lucros ou prejuízos acumulados	23.808.266,63c	6.439.760,56c
Ilha dos Búfalos Incorporações Ltda	1.818.900,00d	1.679.000,00d	Lucros acumulados	23.808.266,63c	6.543.039,21d
			(-) Prejuízos acumulados	0,00	103.279,88d
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - 01 DE JANEIRO DE 2024 A 31 DE DEZEMBRO DE 2024					
Descrição	Saldo anterior	Saldo atual	Descrição	Saldo anterior	Saldo atual
Receita bruta	R\$ 38.583,76	R\$ 42.049,15	(-) Multa de trânsito	R\$ (3.324,42)	R\$ (0,00)
Aluguéis e arrendamentos	R\$ 38.583,76	R\$ 42.049,15	(-) Condomínios	R\$ (0,00)	R\$ (902,69)
(-) Deduções	R\$ (3.568,98)	R\$ (3.889,50)	(-) Despesas de doações	R\$ (0,00)	R\$ (1.376,00)
(-) Cofins	R\$ (2.932,35)	R\$ (3.195,73)	(-) Juros de mora	R\$ (2.821,37)	R\$ (1.009,48)
(-) Pis	R\$ (636,63)	R\$ (693,77)	(-) Juros e comissões bancárias	R\$ (1.397,35)	R\$ (684,20)
Receita líquida	R\$ 35.014,78	R\$ 38.159,65	Receitas financeiras	R\$ 273,68	R\$ 3.558,15
Lucro bruto	R\$ 35.014,78	R\$ 38.159,65	Juros de aplicações	R\$ 0,00	R\$ 3.541,76
(-) Despesas operacionais	R\$ (61.074,00)	R\$ (64.047,90)	Juros	R\$ 273,68	R\$ 16,39
(-) Despesas com vendas	R\$ (14.300,00)	R\$ (0,00)	Outras receitas operacionais	R\$ 941.523,00	R\$ 1.540.824,43
(-) Créditos vencidos e não liquidados	R\$ (14.300,00)	R\$ (0,00)	Dividendos e lucros recebidos	R\$ 941.523,00	R\$ 1.540.824,43
(-) Despesas administrativas	R\$ (46.774,00)	R\$ (64.047,90)	Resultado operacional	R\$ 915.737,46	R\$ 1.518.494,33
(-) Iptu	R\$ (2.757,88)	R\$ (13.962,17)	(-) Despesas não operacionais	R\$ (19.998,00)	R\$ (0,00)
(-) Itpva	R\$ (3.151,53)	R\$ (737,76)	(-) Baixas de investimentos permanentes	R\$ (19.998,00)	R\$ (0,00)
(-) Taxas diversas	R\$ (1.049,31)	R\$ (28.787,95)	Receitas não operacionais	R\$ (168.000,00)	R\$ 67.000,00
(-) Multas de mora	R\$ (641,28)	R\$ (104,69)	Ganho de capital venda imobilizado	R\$ (168.000,00)	R\$ 67.000,00
(-) Energia elétrica	R\$ (2.734,42)	R\$ (4.693,89)	Resultado antes do IRPJ e CSLL	R\$ 727.739,46	R\$ 1.585.494,33
(-) Cartório	R\$ (0,00)	R\$ (59,81)	(-) Provisões para IRPJ e CSLL	R\$ (528,43)	R\$ (10.877,09)
(-) Seguros	R\$ (0,00)	R\$ (1.969,40)	(-) CSLL	R\$ (198,16)	R\$ (4.078,91)
(-) Assistência contábil	R\$ (13.475,75)	R\$ (0,00)	(-) IRPJ	R\$ (330,27)	R\$ (6.798,18)
(-) Serviços prestados por terceiros	R\$ (3.741,95)	R\$ (3.800,38)	Lucro líquido do exercício	R\$ 727.211,03	R\$ 1.574.617,24
(-) Depreciações e amortizações	R\$ (11.678,74)	R\$ (5.959,48)			
DIRETORIA					
Jaime Martins do Espírito Santo Filho – Presidente Diogo Andrade Vieira – Reg. CRC/MG nº MG-088.584/0-4					

EPR Participações S.A.	
CNPJ/MF nº 48.803.906/0001-70 - NIRE 3530060530-6	
Ata da Assembleia Geral Extraordinária	
1. Data, Horário e Local: 26 de dezembro de 2025, às 10h, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 19-B, Jardim Paulistano, CEP 01451-001 ("Companhia").	
2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), conforme alterada, em razão da presença de todos os acionistas representantes de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Companhia (conforme definido abaixo), conforme assinaturas lançadas abaixo.	
3. Composição da Mesa: Presidente: José Carlos Cassaniga; e Secretário: Enio Stein Júnior.	
4. Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a rerratificação da ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada às 10h00, do dia 11 de dezembro de 2025 ("Aprovação Original"), que, entre outros, deliberou pela (a) aprovação da outorga e constituição de fiança, no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures da EPR Via Mineira S.A. (conforme definido na Aprovação Original) pela Companhia; (b) a outorga e constituição pela EPR Infraestrutura MG S.A. ("Controlada"), da Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido na Aprovação Original); e (c) a orientação sob voto a ser proferido, pela Companhia, no âmbito da assembleia geral extraordinária da Controlada (conforme definido na Aprovação Original), para: 1. retificar os itens 4 "(i)" e 5 "(iv)" da Aprovação Original; 2. ratificar todas as demais deliberações tomadas no âmbito da Aprovação Original; 3. ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria e/ou por procuradores da Companhia, direta ou indiretamente, relacionados aos itens acima; e (ii) conferir poderes à Diretoria e/ou procuradores da Companhia, para adotar todas as providências necessárias à realização dos atos deliberados pela Aprovação Original e por esta Assembleia.	
5. Deliberações: Após as oportunas discussões, os acionistas da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, o seguinte: (i) A aprovação da rerratificação da Aprovação Original para: 1. retificar os itens 4 "(i)" e 5 "(iv)", que passarão a vigorar com as seguintes redações: "4. Ordem do Dia: (i) nos termos do artigo 10, "xii", do Estatuto Social da Companhia, a outorga e constituição, pela Companhia, da Fiança (conforme abaixo definido) em garantia da totalidade das obrigações, principais e acessórias, assumidas pela EPR Via Mineira S.A. ("Emissora"), no âmbito da 1ª (primeira) emissão, pela Emissora, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em 3 (três) séries, no montante total de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais), na data de emissão das Debêntures ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), para distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, sob o rito de registro automático, nos termos do artigo 26, inciso V, alínea (a), da Resolução nº 160 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), e nos termos e condições a dispostos no Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública, em Rito de Registro Automático, da EPR Via Mineira S.A., conforme aditado, celebrado entre a Emissora, a Companhia, na qualidade de fiadora, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante dos titulares das Debêntures ("Debenturistas", "Agente Fiduciário" e "Escritura de Emissão", respectivamente), conforme apresentados aos acionistas;"	
"5. Deliberações: (...) (iv) Autorizar a diretoria da Companhia, bem como seus procuradores, a praticarem todos e quaisquer atos necessários para a negociação dos termos e condições e efetivação da outorga e constituição da Fiança, bem como a adotar todas e quaisquer medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta ata, incluindo, mas não se limitando a negociar e celebrar todos os documentos relativos às Debêntures, à Oferta e da Fiança, incluindo, mas não se limitando, à Escritura de Emissão e ao "Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em 3 (Três) Séries, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, da 1ª (Primeira) Emissão da EPR Via Mineira S.A.", celebrado com as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratados para coordenar e intermediar a Oferta (conforme aditado, "Contrato de Distribuição" e "Coordenadores"), bem como eventuais aditamentos."	
"2. ratificar todas as demais deliberações tomadas no âmbito da Aprovação Original; 3. ratificar todos os atos já praticados pela diretoria e/ou por procuradores da Companhia, direta ou indiretamente, relacionados aos itens acima; e (ii) ratificar a delegação de poderes à Diretoria e/ou procuradores da Companhia, a qual ficam autorizados a adotar todas as providências necessárias à realização dos atos deliberados pela Aprovação Original e por esta Assembleia.	
6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a Assembleia, da qual lavrou-se a presente ata, que, após lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Autorizada a publicação da presente ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, parágrafo 2º, da Lei das S.A.	
7. Assinaturas: Mesa: Presidente: José Carlos Cassaniga; Secretário: Enio Stein Júnior. Acionistas: Equipav Rodovias Participações e Administração S.A. (por: Danilo Dias Garcez de Castro Doria e Luiz Felipe Setten Fustaino), Perfin Voyager Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (por: Perfin Infra Administração de Recursos Ltda., que, por sua vez, é representada por Ralph Gustavo Rosenberg Whitaker Carneiro e Carolina Maria Rocha Freitas)]. A presente ata foi lavrada em 1 (uma) via digital, em livro próprio, tendo-se dela extraído cópias enviadas ao registro de comércio. São Paulo, 26 de dezembro de 2025. JUCESP nº 010.340/26-9 em 23/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.	

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



Saknor Brasil Participações S.A.

CNPJ/MF nº 13.165.438/0001-71 - NIRE 3530038957-3

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2025

(em sumário - artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76)

1. Local, horário e data: Aos dez dias do mês de abril de 2025, às 9h, na sede social da Companhia na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, 2.300 - Andar Pilotis - Cerqueira César - CEP: 01310-300. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do respectivo Livro de Registro de Presença dos Acionistas, ficando dispensada a publicação do Edital de Convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76. **3. Mesa:** Presidente e Secretário: Sr. Leandro Zanardo Forlevize. **4. Ordem do dia:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: a) Alteração do endereço da sede e foro da Companhia; e b) Consolidação do Estatuto Social. **5. Deliberações:** Posto em discussão os itens da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade, aprovaram: **5.1-** A alteração da sede e foro da Companhia para a cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo na Rua Eugênio Rabello, 98, Jardim Embaixador, 18040-436. **5.2 -** Os acionistas presentes, aprovam ainda, a Consolidação do Estatuto Social da Companhia, item "b" da Ordem do Dia, a fim de abrigar as alterações aprovadas nesta Assembleia, o qual segue na forma do **Anexo 1**. **5.3 -** Os acionistas, neste ato, autorizam a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à implementação das matérias aprovadas. **6. Esclarecimentos:** Os acionistas reconhecem que as deliberações ocorridas na presente assembleia geral, e seus efeitos, sejam perante a Companhia, os acionistas ou terceiros, foram tomadas a partir de informações disponíveis até a presente data, no melhor interesse da Companhia, buscando atender à suas condições e necessidades de ordem operacional e financeira. **7. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram os trabalhos suspensos para lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 10 de abril de 2025. **Acionistas Presentes:** Saknor Participations and Ventures LLC, Leandro Zanardo Forlevize. JUCESP nº 124.024/25-7 em 29/04/2025. Aloizio E. Soares Júnior - Secretário Geral em Exercício.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º - A Saknor Brasil Participações S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhes forem aplicáveis. **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo na Rua Eugênio Rabello, 98, Jardim Embaixador, 18040-436, e foro na mesma Comarca, Estado de São Paulo, podendo abrir e encerrar filiais, sucursais, escritórios e outros estabelecimentos em todo território nacional, mediante deliberação da Diretoria. **Artigo 3º** - O objeto social é a (i) a compra, venda e administração de bens móveis e imóveis, por conta própria ou de terceiros, (ii) a participação em outras sociedades, empreendimentos ou outras entidades, sediadas no Brasil ou no exterior, na qualidade de sócia ou acionista. **Artigo 4º** - O tempo de duração da Companhia é indeterminado.

Capítulo II - Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito, é de R\$ 500,00 (quinhentos reais), dividido em 500 (quinhentas) ações, todas ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Único** - A ação é indivisível perante a Companhia e a cada ação ordinária nominativa corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

Capítulo III - Assembleia Geral. Artigo 6º - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses após o encerramento do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que houver necessidade. **Parágrafo 1º** - As Assembleias Gerais, antes de serem iniciados os trabalhos, elegerão o Presidente da Mesa, que designará o Secretário da Mesa, acionista ou não. **Parágrafo 2º** - A Assembleia Geral reunir-se-á na sede social: (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para: (a) deliberar sobre as contas e demonstrações financeiras do exercício findo, relatório dos administradores e parecer do Conselho Fiscal, se o órgão estiver em funcionamento; (b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (c) eleger e destituir os administradores e fixar a sua remuneração global; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, convocada com observância dos preceitos legais: a) por qualquer dos Diretores, com a indicação da ordem do dia; b) pelo Conselho Fiscal, desde que instalado, ou pelos acionistas, nos casos previstos em lei. **Parágrafo 3º** - A Assembleia Geral será convocada com observância do disposto nos artigos 123 e 124 da Lei nº 6.404/76. **Parágrafo 4º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida por qualquer dos Diretores, por qualquer dos acionistas ou por advogado representante de acionista(s), que convidará algum dentre os presentes, acionista ou não, para secretariar os trabalhos. **Parágrafo 5º** - As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvados os atos enumerados no artigo 136 da Lei 6.404/76, que exigem aprovação por *quorum* qualificado, que deverão, ainda, observar as formalidades para eficácia das deliberações estabelecidas no referido artigo. **Parágrafo 6º** - As deliberações a respeito das matérias abaixo relacionadas somente serão aprovadas mediante o voto favorável da totalidade das ações com direito a voto da Companhia: (a) alteração do estatuto social da Companhia; (b) aumento ou redução do capital social; (c) alienação de ativos da Companhia; (d) deliberação de qualquer matéria que venha a ser submetida à Assembleia, por Diretores ou por Diretor da Companhia, em decorrência de dissensão nas reuniões da Diretoria; (e) pedido voluntário de falência ou concordata; (f) conversão de ações de uma classe em ações de outra classe; (g) cisão, fusão, incorporação e transformação da Companhia ou qualquer outra forma de reestruturação societária envolvendo a Companhia, seus ativos ou as ações por ela emitidas; (h) incorporação e/ou aquisição, pela Companhia, de outra sociedade ou de parcela do patrimônio de outra sociedade; (i) alteração das políticas de dividendos da Companhia e a distribuição de dividendos; (j) dissolução ou liquidação ou cessação do estado de liquidação da Companhia; (l) criação de classe mais favorecida ou aumento de classes existentes, sem guardar proporções com as demais espécies e classes; (m) abertura ou fechamento do capital social; (n) participação em grupo de sociedades ou em consórcios; (o) emissão de quaisquer títulos ou valores mobiliários estranhos ao capital social pela Companhia (inclusive debêntures conversíveis ou não em ações e bônus de subscrição), bem como a outorga de bonificações ou opção de compra de ações, para administradores, empregados ou terceiros, a atribuição a terceiros (inclusive a administradores e empregados) de participação nos lucros ou no resultado da Companhia; (p) fixação ou alteração da remuneração dos administradores; (q) destituição de diretores da Companhia; (r) celebração, contratação e/ou solicitação de empréstimos, mútuos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial e similares; (s) concessão de garantias reais ou fideliússimas de qualquer espécie, e/ou a aquisição, alienação ou oneração de bens ou direitos da Sociedade, do ativo permanente. **Parágrafo 7º** - Somente poderão tomar parte da Assembleia Geral os acionistas cujas ações estejam registradas em seu nome, no livro próprio. **Parágrafo 8º** - Os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por mandatário, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista ou representante legal do acionista, administrador da Companhia, advogado o procurador legalmente constituído. **Capítulo IV - Administração. Artigo 7º** - A administração da Companhia será exercida por uma Diretoria, composta por 1 (um) **Diretor Presidente**, podendo ser acionistas ou não, residente no país, eleito pela Assembleia Geral, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. Vencido o mandato, o Diretor continuará no exercício de seu cargo, até a posse do novo eleito, exceto em casos de renúncia ou destituição. **Parágrafo primeiro** - O Diretor será investido no seu cargo mediante termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reunião de Diretoria, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua eleição. **Parágrafo segundo** - A remuneração do Diretor será estabelecida de acordo com o que for determinado pela Assembleia Geral nos termos da legislação aplicável. **Parágrafo terceiro** - Dependerá da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social a prestação de avais, fianças e outras garantias em favor de terceiros. **Artigo 8º** - No caso de impedimento ocasional de um Diretor, suas funções serão exercidas por qualquer outro diretor, indicado pelos demais. No caso de vaga, o indicado deverá permanecer no cargo até a eleição e posse do substituto pela Assembleia Geral. **Artigo 9º** - Compete isoladamente ao **Diretor Presidente**, além de coordenar as ações dos Diretores e dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: I - amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo praticar todos os atos necessários para gerenciar a Companhia e representá-la perante terceiros, em juízo ou fora dele, e perante qualquer autoridade pública e órgãos governamentais federais, estaduais ou municipais; II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria, se houver mais de 01 (um) Diretor; III - exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria; IV - executar e fazer executar o disposto neste Estatuto Social e as deliberações das Assembleias Gerais; V - atribuir aos demais diretores funções e atribuições não especificadas neste Estatuto Social, se houver mais de 01 (um) Diretor; VI - exercer os poderes normais de gerência; VII - assinar documentos, escrituras, contratos e instrumentos de crédito; VIII - emitir, retirar e endossar cheques; IX - receber valores dando quitação; X - abrir, operar e encerrar contas bancárias; XI - contratar empréstimos, concedendo garantias; XII - adquirir, vender, alienar, onerar ou ceder, no todo ou em parte, bens móveis ou imóveis, bem como títulos, assinando os respectivos termos e documentos; XIII - transgir, desistir e renunciar direitos; XIV - emitir, aceitar e endossar notas promissórias, letras de câmbio e outros títulos de crédito; XV - concessão de avais, fianças ou garantias de qualquer natureza sobre bens da Companhia; XVI - outorgar procurações em nome da Companhia, com poderes específicos para cumprimento dos objetivos delegados; XVII - admitir, demitir e transferir funcionários, assinar suas carteiras de trabalho, contratos, termos de rescisão e demais documentos decorrentes da legislação do trabalho e da segurança social; XVIII - constituir em nome da Companhia, procuradores "ad negotia" e "ad iudicia", determinando poderes, remuneração e prazos de vigência do instrumento de mandato; e, XIX - representar a Companhia nas Assembleias Gerais de suas controladas ou demais sociedades em que tenha participação como sócia ou acionista. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 10** - A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente se instalará por solicitação dos acionistas, na forma da lei. **Parágrafo Único** - Caso seja solicitado o funcionamento do Conselho Fiscal, será o mesmo composto de, no mínimo, 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionista ou não da Companhia, com mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que vier a se realizar após sua instalação. **Artigo 11** - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será fixada pela Assembleia Geral, em conformidade com as disposições legais. **Capítulo VI - Do Exercício Social. Artigo 12** - O exercício social terá duração de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 13** - Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **Parágrafo 1º** - O lucro líquido apurado em cada exercício, após deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Parágrafo 2º** - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25 % (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício diminuído ou acrescido dos seguintes valores: I - quota destinada à constituição da reserva legal; II - importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e, III - lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados, nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. **Capítulo VII - Da Liquidação. Artigo 14** - A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação. **Capítulo VIII - Disposição Geral. Artigo 15** - Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes.